**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

GABRIELA LUÍSA SCHNEIDER

**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A SUCESSÃO DOS
BENS DIGITAIS DO *DE CUJUS***

RIO DO SUL

2023

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

GABRIELA LUÍSA SCHNEIDER

**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A SUCESSÃO DOS
BENS DIGITAIS DO *DE CUJUS***

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo
Centro Universitário para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientadora: Professora Mestra Franciane Hasse

**RIO DO SUL
2023**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS DO DE CUJUS**”, elaborada pela acadêmica GABRIELA LUÍSA SCHNEIDER, foi considerada

APROVADA

REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Profa. M.^a Vanessa Cristina Bauer
Coordenadora do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul - SC, 27 de abril de 2023.

Gabriela Luísa Schneider
Acadêmica

RESUMO

O presente trabalho de curso tem por intuito analisar a possibilidade da sucessão da herança digital aos herdeiros, referente aos bens digitais deixados pelo *de cujus*, diante do ordenamento jurídico brasileiro e da doutrina. Ante o avanço de novas tecnologias que permeiam a vida dos indivíduos, há um crescimento na hiperconexão da sociedade, onde o mundo virtual concorre com o mundo real, sem que um seja substituído pelo outro. Ademais, há uma infinidade de serviços e produtos que podem ser encontrados e realizados no ambiente virtual, o que gera um acervo de bens armazenados virtualmente para cada indivíduo. Com a formação destes bens digitais, chega-se ao tema deste trabalho, ou seja, a ausência de legislação que regulamente a transmissão dos bens digitais deixados pelo usuário após seu falecimento. Assim, o presente Trabalho de Curso dedicar-se-á ao estudo da legislação vigente, por analogia, e dos Projetos de Lei que objetivam a inclusão dos bens digitais e da herança digital no ordenamento jurídico brasileiro. Inicialmente, abordar-se-á noções e conceitos essenciais do Direito Sucessório, destacando-se suas modalidades e procedimentos. Na sequência, elucidar-se-á conceitos básicos da sociedade digital, ligando a sociedade de informação com o Direito Digital, apresentando as legislações que permeiam esse meio, sendo o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Por fim, o último capítulo analisará aspectos da herança digital, conceituando herança e apresentando o que é considerado bem para o Direito, para então elucidar o que é bem digital e suas características. Ainda, apontou-se os Projetos de Lei n. 4.099/2012, n. 4.847/2012, n. 5.820/2019 e n. 3.050/2020, referentes à herança digital. Portanto, o objetivo geral é analisar se, diante da legislação brasileira, é possível a sucessão dos bens digitais do *de cujus*. No que diz respeito aos objetivos específicos, busca-se verificar a transmissibilidade dos bens no direito sucessório; discutir sobre os bens digitais e a herança digital no Brasil; e demonstrar se a legislação brasileira possibilita a sucessão dos bens digitais do falecido. O método de abordagem utilizado na elaboração desse trabalho de curso é o indutivo; o método de procedimento é o monográfico. O levantamento de dados é através da pesquisa bibliográfica. O ramo de estudo foi na área do Direito Sucessório e Direito Digital. Nas considerações finais, trabalhou-se com as partes principais do tema, bem como a comprovação da hipótese básica elencada na introdução do presente trabalho.

Palavras-chave: Bens digitais. Herança Digital. Sociedade de Informação. Sucessão.

ABSTRACT

The present coursework aims to analyze the possibility of succession of digital inheritance to the heirs, referring to the digital assets left by the deceased, in view of the Brazilian legal system and doctrine. Faced with the advancement of new technologies that permeate the lives of individuals, there is a growth in the hyperconnection of society, where the virtual world competes with the real world, without one being replaced by the other. Furthermore, there are an infinity of services and products that can be found and carried out in the virtual environment, which generates a collection of goods stored virtually for each individual. With the formation of these digital goods, we arrive at the theme of this work, that is, the absence of legislation that regulates the transmission of digital goods left by the user after his death. Thus, this Course Work will be dedicated to the study of the current legislation, by analogy, and of the Bills that aim at the inclusion of digital goods and digital heritage in the Brazilian legal system. Initially, essential notions and concepts of Inheritance Law will be addressed, highlighting its modalities and procedures. In the sequence, basic concepts of the digital society will be elucidated, linking the information society with the Digital Law, presenting the legislation that permeates this medium, being the Civil Rights Framework for the Internet and the General Law for the Protection of Personal Data. Finally, the last chapter will analyze aspects of digital inheritance, conceptualizing inheritance and presenting what is considered good for the Law, to then elucidate what is digital good and its characteristics. Still, it was pointed out the Law Projects n. 4.099/2012, n. 4.847/2012, n. 5.820/2019 and n. 3.050/2020, regarding digital heritage. Therefore, the general objective is to analyze whether, in view of Brazilian legislation, the succession of the *de cuius*' digital assets is possible. With regard to the specific objectives, it seeks to verify the transmissibility of assets in inheritance law; discuss digital assets and digital heritage in Brazil; and demonstrate whether Brazilian legislation allows for the succession of the deceased's digital assets. The method of approach used in the elaboration of this course work is the inductive one; the procedure method is the monographic one. Data collection is through bibliographical research. The branch of study was in the area of Inheritance Law and Digital Law. In the final considerations, we worked with the main parts of the theme, as well as the confirmation of the basic hypothesis listed in the introduction of the present work.

Key words: Digital good. Digital Heritage. Information Society. Succession.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ampl – Ampliado

Art. – Artigo

Arts. – Artigos

Atual - Atualizado

CC – Código Civil

CPC – Código de Processo Civil

CDs – Disco Compacto

de cuius - de cuius sucessionis agitur

DVDs – Disco Digital de Vídeo

E-book – Livro em suporte eletrônico

Ed – Edição

E-mail – Correio Eletrônico

Etc – Et Cetera (e as demais coisas)

f – folha

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

n. – número

Org – Organizado

p – página

PL – Projeto de Lei

Rev – Revisado

v - volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	14
DIREITO SUCESSÓRIO	14
1.1 CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
1.2 MOMENTO DA ABERTURA DA SUCESSÃO E O PRINCÍPIO DA SAISINE ...	15
1.3 MODALIDADES DE SUCESSÃO.....	17
1.3.1 SUCESSÃO A TÍTULO UNIVERSAL E A TÍTULO SINGULAR.....	19
1.4 MODALIDADES DE SUCESSORES	20
1.5 NOÇÕES GERAIS DOS LEGITIMADOS PARA SUCEDER	21
1.6 INVENTÁRIO E PARTILHA.....	23
CAPÍTULO 2	27
SOCIEDADE DIGITAL.....	27
2.1 CONCEITOS BÁSICOS.....	27
2.2 SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E O DIREITO DIGITAL.....	29
2.3 LEGISLAÇÕES QUE PERMEIAM O DIREITO DIGITAL NO BRASIL.....	33
2.3.1 MARCO CIVIL DA INTERNET, LEI N. 12.965/2014.....	33
2.3.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, LEI N. 13.709/2018 ...	35
CAPÍTULO 3.....	41
3 HERANÇA DIGITAL	41
3.1 ASPECTOS SOBRE A HERANÇA DIGITAL	41
3.2 BENS JURÍDICOS E BENS DIGITAIS	45
3.3 SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	49
3.3.1 PROJETO DE LEI N. 5.820/2019.....	49
3.3.2 PROJETO DE LEI N. 3.050/2020.....	51

3.4 POSSIBILIDADE DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS DO <i>DE CUJUS</i>.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é a análise da sucessão dos bens digitais do *de cuius* diante da legislação brasileira.

O objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é analisar se, diante da legislação brasileira, é possível a sucessão dos bens digitais do *de cuius*.

Os objetivos específicos são: a) analisar a transmissibilidade dos bens no direito sucessório; b) discutir sobre os bens digitais e a herança digital no Brasil; c) demonstrar se a legislação brasileira possibilita a sucessão dos bens digitais do *de cuius*.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: A legislação brasileira possibilita a sucessão dos bens digitais do *de cuius*?

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese:

a) supõe-se que a legislação brasileira possibilita a sucessão dos bens digitais do *de cuius*.

O método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse trabalho de curso será o indutivo; o método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica.

A temática se faz relevante no âmbito do Direito Sucessório e Direito Digital, com o fim de analisar se a legislação brasileira possibilita a sucessão dos bens digitais do *de cuius*. A realidade está em constante mudança, as tecnologias apresentam um papel importante na vida das pessoas, que a todo momento estão interagindo virtualmente. Como no mundo físico, no mundo digital, também existe nas pessoas o anseio de possuir bens que visem satisfazer suas necessidades e desejos.

Assim, ao comprar livros, filmes, músicas, criar contas em redes sociais, armazenar fotos e vídeos nas chamadas “nuvens”, entre outras interações que são adquiridas e geradas por um indivíduo, formam seu patrimônio digital.

Como no ordenamento jurídico brasileiro não existe manifestação expressa na legislação sobre a destinação desses bens digitais, a preocupação central é se ao falecer esses bens digitais podem ser integrados na sucessão. Logo, é fundamental o estudo da herança digital neste trabalho de conclusão de curso, analisando o que

compreende os bens digitais e a possibilidade de sua inclusão na sucessão.

Principiar-se-á, no Capítulo 1, com noções do Direito Sucessório, sendo apresentados, mediante análise doutrinária, conceitos e disposições fundamentais para a compreensão e desenvolvimento do tema apresentado. Além disso, será abordado o procedimento no ordenamento jurídico brasileiro desde a abertura da sucessão, tratando do princípio da *saisine*, como, as modalidades de sucessão e sucessores, até os procedimentos de inventário e partilha.

No Capítulo 2 estudar-se-á aspectos da Sociedade Digital, com esclarecimentos sobre a sociedade atual de informação e como o mundo virtual está intrinsecamente ligado a vida das pessoas. Mostrando que as interações geradas dentro desse mundo, como a compra de livros, a criação de contas em redes sociais, entre outros, forma um patrimônio digital do indivíduo. De modo, a relacionar a sociedade de informação com o Direito Digital, apresentando duas legislações que o permeiam. Outrossim, estudar-se-á o Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei n. 13.709/2018, que concerne ao tratamento dos dados pessoais dos indivíduos na internet.

Por fim, o Capítulo 3 dedicar-se-á ao aprofundamento do tema central do trabalho, tratando sobre a Herança Digital, apresentando aspectos gerais e fundamentais que subsidiam seu entendimento. Explanar-se-á o que vem a ser o bem jurídico, conceituando-o e realizando uma breve comparação entre os bens jurídicos do mundo físico e os bens digitais, mencionando as espécies de bens digitais. Para então, destacar o que a legislação brasileira menciona sobre a sucessão de bens digitais e mencionar os Projetos de Lei que versam sobre herança digital, sendo os PL n. 4.099/2012, n. 4.847/2012, n. 5.820/2019 e n. 3.050/2020. E discutir-se-á sobre a legislação brasileira possibilitar a sucessão dos bens digitais deixados pelo *de cuius* aos herdeiros.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizadas sobre a herança digital no Brasil e a análise sobre a sucessão dos bens digitais do *de cuius*.

CAPÍTULO 1 DIREITO SUCESSÓRIO

1.1 CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS

Para iniciar este capítulo, faz-se necessária a conceituação do que é sucessão, juntamente com as disposições gerais do direito das sucessões. O fato inegável é que todos vão morrer um dia, sendo a morte que extingue a existência da pessoa natural, mas não de seu patrimônio que deverá ser sucedido¹.

Uma expressão comumente usada para referir-se a pessoa falecida é o termo *de cuius*, que seria a abreviação de *de cuius successionis agitur* referindo-se aquele de quem a sucessão se trata, ou seja, aquele que deixou bens para serem transmitidos².

Consiste, a sucessão, na transmissão dos ativos e passivos do *de cuius*. Silvio de Salvo Venosa ressalta que “Na sucessão, existe uma substituição do titular de um direito”³. Já Caio Mario da Silva Pereira destaca que

A palavra “suceder” tem o sentido genérico de virem os fatos e fenômenos jurídicos “uns depois dos outros” (sub + cedere). Sucessão é a respectiva sequência.

No vocabulário jurídico, toma-se a palavra na acepção própria de uma pessoa inserir-se na titularidade de uma relação jurídica que lhe advém de outra pessoa, e, por metonímia, a própria transferência de direitos, de uma a outra pessoa.⁴

Importante frisar sobre a diferença entre expectativa e direito à sucessão, como explica Paulo Nader:

Em matéria de sucessão é relevante a distinção entre expectativa de direito e direito à sucessão. Este se verifica apenas com o óbito do titular de um patrimônio. Antes deste fato natural, para os parentes próximos existe apenas uma expectativa de direito. Se o titular dos bens falecer antes de quem se

¹ Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. p. 56.

³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Sucessões**. v. 6. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. p. 09.

⁴ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos das sucessões**. v. 6. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 17.

encontra na linha sucessória, deixando herança, ter-se-á o direito à sucessão.⁵

Ainda, existem duas formas de sucessão, no sentido amplo seria quando alguém adquire o domínio ou o direito de outrem, decorrente da vontade humana, como a transferência de bens ou de um contrato, chamada de sucessão *inter vivos*, presente no direito das obrigações, no direito da família e outros.⁶

No sentido restrito, refere-se à transferência da herança do *de cuius* para outrem, decorrente da morte de alguém, sendo o sentido usado no direito das sucessões, conforme conceituado anteriormente, chamado de sucessão *causa mortis*.⁷ A sucessão *causa mortis* pode decorrer de algumas formas que serão tratadas no subtítulo 1.3, deste trabalho.

Assim, é importante destacar que sucessão não se confunde com herança, enquanto sucessão deriva do verbo suceder e se refere a substituição da titularidade de um direito, a herança como Silvio de Salvo Venosa afirma é “o conjunto de direitos e obrigações que se transmitem, em razão da morte, a uma pessoa, ou a um conjunto de pessoas, que sobreviveram ao falecido”.⁸ Será analisado mais adiante, especificadamente no quarto capítulo deste trabalho, disposições da herança, tratada juntamente da herança digital.

1.2 MOMENTO DA ABERTURA DA SUCESSÃO E O PRINCÍPIO DA SAISINE

A morte real ou presumida da pessoa natural dará abertura à sucessão.⁹ Por conseguinte, estabelece o artigo 1.784 do Código Civil, que a herança será transmitida

⁵ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 32.

⁶ GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 14.

⁸ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Sucessões**. v. 6. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. p. 13.

⁹ Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

automaticamente aos herdeiros legítimos e testamentários,¹⁰ não podendo falar-se de herança de pessoa viva.

O momento da morte precisa ser provado, conforme expressa Caio Mario da Silva Pereira:

A transmissão hereditária opera-se com a morte, que deve ser provada, no plano biológico pelos meios de que se vale a Medicina Legal, e no plano jurídico, pela certidão passada pelo Oficial do Registro Civil, extraída do registro de óbito (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 77).¹¹

Deste modo, o Código Civil Brasileiro adota o *droit de saisine*¹², chamado de princípio da *saisine* que, segundo Carlos Roberto Gonçalves, surgiu na Idade Média, tendo como resultado imediato a transmissão da propriedade e da posse, excluindo-se os direitos e obrigações personalíssimos, do *de cuius* aos herdeiros.¹³

O princípio da *saisine* é “[...] uma ficção criada em solo francês, com o fito de impedir que o patrimônio de quem faleceu fosse considerado acéfalo, sem titular.”¹⁴ Gerando uma segurança jurídica, para que esse patrimônio não fique sem titular sem qualquer intervalo de tempo.

A abertura da sucessão se difere da instauração de inventário, pelo fato de que enquanto aquela se refere a transmissão da propriedade e da posse, esta última se refere ao:

[...] procedimento judicial destinado à prática de atos administrativos, a fim de se apurar o acervo hereditário, a relação de herdeiros e legatários, o pagamento do imposto de transmissão causa mortis, partilha e expedição de formal ou carta de adjudicação, destinada ao registro de imóveis.¹⁵

¹⁰ Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários”. BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

¹¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos das sucessões**. v. 6. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 27.

¹² O vocábulo tem sua origem no latim "sacire" significando "imitar-se na posse". O princípio de *saisine* vem do direito medieval francês (1259), cujo propósito principal era defender o direito de herança e a propriedade dos bens em benefício dos herdeiros do falecido. FONTELES, Gerson Lopes. Princípio de Saisine: posição jurisprudencial do STJ e direito de herança. **Consultor Jurídico**, 3 jul 2022. Opinião. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jul-03/gerson-fonteles-principio-saisine-direito-heranca>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

¹³ GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 16.

¹⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. p. 112.

¹⁵ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos das sucessões**. v. 6. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 27.

Enquanto não se realizar o processo de inventário e de partilha, não ocorrerá a aceitação ou não da herança e ela permanecerá em estado de comunhão entre os herdeiros. Assim, “Havendo uma pluralidade de herdeiros, a incidência de *saisine* estabelece a formação de um condomínio e de uma composesse, automaticamente, entre eles, uma vez que a herança é universal e indivisível.”¹⁶

Após a compreensão dos conceitos básicos, do momento de abertura da sucessão e o princípio da *saisine*, condiz analisar as modalidades de sucessão, bem como as modalidades de sucessores existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

1.3 MODALIDADES DE SUCESSÃO

O Código Civil, no art. 1.786¹⁷, estabelece duas modalidades de sucessão *causa mortis* a derivada de lei ou por disposição de última vontade. Em relação a sua *fonte*, a sucessão deferida por lei poderá ser chamada também de legítima ou legal, já a sucessão derivada por disposição de última vontade poderá ser chamada de testamentária.¹⁸

A sucessão legítima ocorre quando o *de cuius* não deixou testamento, nem expressa manifestação de vontade, assim, transmitindo-se a herança pela ordem indicada na lei, obedecendo a chamada ordem de vocação hereditária prevista no artigo 1.829 do Código Civil.¹⁹ Carlos Roberto Gonçalves explica que “Costuma-se dizer, por isso, que a sucessão legítima representa a *vontade presumida* do *de cuius* de transmitir o seu patrimônio para as pessoas indicadas na lei, pois teria deixado testamento se outra fosse a intenção.”²⁰

¹⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. p. 115.

¹⁷ Art. 1.786. A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

¹⁸ GOMES, Orlando. **Sucessões**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 39.

¹⁹ Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

²⁰ GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 17.

Por inexistir testamento, Caio Mario da Silva Pereira destaca que:

Atendendo ao que ocorre quando o sucedendo morre sem testamento (*intestado*), diz-se também *ab intestato*. E tendo em consideração que se processa sob o império exclusivo da lei, sem a participação da vontade, pode também designar-se como sucessão legal. Em nossos meios, é a mais frequente, tendo-se em vista a menor difusão do testamento e, portanto, da sucessão testada.²¹

Tanto o costume como a disposição expressa na lei da ordem de pessoas que possivelmente o *de cujus* escalaria para a sucessão *ab intestato*²², são fatores que tornam este tipo de sucessão mais difundido no Brasil.²³

Além disso, o artigo 1.788²⁴ do Código Civil prevê que caso o testamento caduque ou seja nulo também será legítima a sucessão. Ocorre que “O testamento originariamente válido pode vir a caducar, isto é, a tornar-se ineficaz por causa ulterior, como a falta do beneficiário nomeado pelo testador ou dos bens deixados. Acrescente-se a essas hipóteses a revogação do testamento.”²⁵

Já a sucessão testamentária dar-se-á por ato de última vontade do *de cujus* por testamento, legado ou codicilo, mas o Código Civil limita essa liberdade de testar, conforme o artigo 1.789²⁶, havendo herdeiros necessários, quais sejam os ascendentes, descendentes e o cônjuge, o testador só poderá dispor de metade da herança, chamada de porção disponível, e a outra metade constitui a legítima.²⁷

De acordo com Maria Helena Diniz:

²¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos das sucessões**. v. 6. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 69.

²² (Lê-se: abintestato.) Sem deixar testamento. Diz-se, também, à sucessão em que não há testamento e ao herdeiro que nela exerce seus direitos. AB INTESTATO. *In*: Enciclopédia jurídica. Dicionário jurídico de Direito. Hong Kong: Enciclopédia jurídica, 2020. Disponível em: < [http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/ab-intestato/ab-intestato.htm#:~:text=\(L%C3%AA%2Dse%3A%20abintest%C3%A1to.,nela%20exerce%20seus%20di%20reitos.>](http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/ab-intestato/ab-intestato.htm#:~:text=(L%C3%AA%2Dse%3A%20abintest%C3%A1to.,nela%20exerce%20seus%20di%20reitos.>). Acesso em: 12 fev. 2023.

²³ GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628335/>. Acesso em: 28 jan. 2023. p. 17.

²⁴ Art. 1.788. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

²⁵ GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 18.

²⁶ Art. 1.789. Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

²⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 15.

Assim sendo, o patrimônio do *de cuius* será dividido em duas partes iguais: a *legítima* ou *reserva legítima*, que cabe aos herdeiros necessários, a menos que sejam deserdados (CC, art. 1.961), e a *porção disponível*, da qual pode livremente dispor, feitas as exceções do art. 1.805 do Código Civil, concernentes à incapacidade testamentária passiva. A porção disponível é fixa, compreendendo a metade dos bens do testador, qualquer que seja o número e a qualidade dos herdeiros.²⁸

Insta frisar que caso o testador for casado pelo regime de comunhão universal de bens, o testador só poderá dispor de metade do patrimônio do casal que corresponde a sua parte da meação.²⁹

Por fim, o Direito brasileiro possibilita a existência simultânea dessas duas modalidades de sucessão, “[...] quando o testamento não compreender todos os bens do *de cuius*, pois os não incluídos passarão a seus herdeiros legítimos (CC, art. 1.788, 2ª parte).³⁰

1.3.1 SUCESSÃO A TÍTULO UNIVERSAL E A TÍTULO SINGULAR

Em relação aos *efeitos*, a sucessão pode ser a título universal e a título singular. Quando for a título universal o herdeiro vai suceder na totalidade ou em parte indeterminada da herança, sub-rogando-se na titularidade do total ou de parte do patrimônio do *de cuius*, se responsabilizando pelo ativo e passivo.³¹

Quando se referir a título singular, o testador transfere “[...] ao beneficiário um bem certo e determinado, denominado *legado*, como um veículo ou um terreno, por exemplo.” Carlos Roberto Gonçalves destaca que:

A sucessão legítima é sempre a título universal, porque transfere aos herdeiros a totalidade ou fração ideal do patrimônio do *de cuius*. A testamentária pode ser a título universal ou a título singular. Será a título

²⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 15.

²⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 15.

³⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 16.

³¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 18.

singular quando envolver coisa determinada e individualizada, conforme a vontade do testador.³²

Esclarecidas as modalidades de sucessão quanto a fonte, sendo a sucessão legítima e a sucessão testamentária, e quanto aos efeitos a título universal e a título singular, faz-se necessária a análise das modalidades de sucessores.

1.4 MODALIDADES DE SUCESSORES

Haja vista que a sucessão dar-se-á por lei ou disposição de última vontade, o Código Civil estabelece modalidades de sucessores ou herdeiros que se classificam em herdeiro legítimo, testamentário ou instituído, legatário, necessário e universal.

O herdeiro legítimo é o indicado na ordem preferencial por lei, elencado no art. 1.829 do Código Civil³³. O testamentário ou instituído é o beneficiado pelo ato de última vontade do *de cuius* para receber a herança, sem especificar os bens. De modo que o herdeiro legatário é o determinado no testamento com bem certo e determinado. Já o herdeiro necessário pode ser ascendente, descendente e cônjuge desde que aptos para suceder, previsto no art. 1.845 do Código Civil³⁴, portanto, “[...] todo parente em linha reta não excluído da sucessão por indignidade ou deserção, bem como o cônjuge, que só passou a desfrutar dessa qualidade no Código Civil de 2002, constituindo tal fato importante inovação.”³⁵

Os herdeiros necessários não podem ser excluídos por disposição de última vontade, de ordem pública, devendo-se observar exatamente o previsto na lei, a existência dos herdeiros nessa modalidade estabelece que metade do patrimônio não

³² GONCALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões*. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628335/>. Acesso em: 28 jan. 2023. p. 18.

³³ Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

³⁴ Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

³⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 19.

pode ser disposto (legítima ou reserva) e nem assegura a participação no acervo hereditário, com exceção dos descendentes em primeiro grau e seus concorrentes, quando existem cônjuges vivos, hipótese do artigo 1.829³⁶, incisos I e II, do Código de Processo Civil.³⁷

Por fim, o herdeiro universal é aquele que recebe a totalidade da herança, por meio de adjudicação, seja por lei, renúncia dos outros herdeiros ou testamento.³⁸

1.5 NOÇÕES GERAIS DOS LEGITIMADOS PARA SUCEDER

Sabe-se que o Código Civil prevê que para transmitir a herança é necessário que os herdeiros tenham capacidade para tal ato, chamada de legitimação sucessória. A capacidade sucessória não se confunde com a capacidade civil, enquanto a primeira se refere a legitimidade ou aptidão de receber os bens do *de cuius*, a segunda se refere ao poder de praticar os atos da vida civil.³⁹

Maria Helena Diniz, explica que a legitimação sucessória seria um atributo daqueles que podem atuar sobre os bens do *de cuius*, possuindo direitos do sucessor, excluídos dessa capacidade de agir o indigno ou o deserddado, portanto, pessoas expressamente excluídas.⁴⁰

A regra geral é a da legitimidade passiva, de que todos são aptos para herdar, desde que nascidos ou concebidos no momento da abertura da sucessão, exceto os

³⁶ Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

³⁷ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

³⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 19.

³⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 27.

⁴⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 27.

que a lei determina o afastamento, com determinação prevista no artigo 1.798 do Código Civil⁴¹, sendo aplicada na sucessão legítima e testamentária.⁴²

Carlos Roberto Gonçalves esclarece que:

*A regra geral segundo a qual só têm legitimação para suceder as pessoas nascidas por ocasião da abertura da sucessão encontra exceção no caso do nascituro. De acordo com o sistema adotado pelo Código Civil acerca do começo da personalidade natural (art. 2º), tem-se o nascimento com vida como o marco inicial da personalidade. Respeitam-se, porém, os direitos do nascituro, desde a concepção, pois desde esse momento já começa a formação do novo ser.*⁴³

Portanto, se o feto nascer morto não há de se falar em aquisição de direitos. Assim, verifica-se alguns requisitos para a legitimação sucessória quais sejam, o falecimento do autor da herança, pois só assim será possível a transmissão dos bens. A sobrevivência do herdeiro, ou seja, após a morte do *de cuius* o herdeiro precisa estar vivo, pois é impossível transmitir a herança para o nada, “[...] Se, por ocasião do óbito do *de cuius*, o herdeiro estiver morto, passa-se o acervo hereditário aos outros de sua classe ou aos da classe imediata, se for ele o único.”⁴⁴

Encontra-se uma exceção à regra geral no artigo 1.799 do Código Civil⁴⁵, que permite no testamento contemplar os filhos não nascidos, portanto, “Não se trata mais do nascituro (*conceptus*), mas do *nondum conceptus*, ou seja, de indivíduo nem ainda concebido. Em tais casos, a transmissão hereditária é condicional, subordinando-se a aquisição da herança a evento futuro e incerto.”⁴⁶

Outro requisito, é de que necessita ser uma pessoa, natural ou jurídica, excluindo-se coisas inanimadas e animais, por não possuírem capacidade sucessória,

⁴¹ Art. 1.798. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁴² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 28.

⁴³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 28.

⁴⁴ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 27.

⁴⁵ Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão; II - as pessoas jurídicas; III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁴⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 29.

salvo a hipótese de atribuir a herança ou ao legado um encargo, para aquele que receber, de cuidar de determinada coisa móvel, imóvel ou semovente.⁴⁷

Desta maneira, apresentadas as modalidades de sucessores e os legitimados para suceder, passa-se ao último subtítulo deste capítulo que tratará do procedimento de inventário e partilha, elucidando suas respectivas espécies e bens a serem inventariados.

1.6 INVENTÁRIO E PARTILHA

Como visto, com a abertura da sucessão a herança transmite-se desde logo aos herdeiros, pelo princípio da *saisine* citado no subtítulo 1.2 deste trabalho, mas o nome do falecido ainda permanece no Registro de Imóveis, para que esses bens passem efetivamente ao nome dos herdeiros, é necessário a realização do processo de inventário e conseqüentemente de partilha, mesmo que haja um único herdeiro, onde ocorreria a *adjudicação*.

Inventário é o processo de relacionar tudo que pertencia ao falecido, deriva do latim *inventarium*, de *invenire*, que significa catalogar, achar, encontrar.⁴⁸ De acordo com Dimas Messias de Carvalho:

No sentido amplo, significa o processo ou a série de atos praticados com o objetivo de ser apurada a situação econômica de uma pessoa ou instituição, relacionando os bens e direitos, de um lado, e as obrigações ou encargos, do outro, assemelhando-se ao balanço de uma empresa com a verificação do ativo e do passivo. No sentido estrito, é o relacionamento de bens ou valores pertencentes a uma pessoa, ou existentes em determinado lugar, anotados e arrolados com os respectivos preços sabidos ou estimados, tratando-se, pois, de mero arrolamento de bens.⁴⁹

O Código de Processo Civil prevê no art. 610 que existindo testamento ou interessado incapaz, será feito o inventário de forma judicial, mas nos casos dos herdeiros serem capazes civilmente e concordes, poderão ser feitos

⁴⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 28.

⁴⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 195.

⁴⁹ CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das Sucessões - Inventário e Partilha**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. p. 143.

extrajudicialmente os processos de inventário e partilha, por meio da escritura pública e posteriormente homologados pelo juiz.⁵⁰

Existem três ritos de inventário: o primeiro é chamado de tradicional ou solene, usado quando não for cabível as outras modalidades; o segundo é chamado de arrolamento sumário, quando todas as partes são capazes e concordes ao valor e a partilha dos bens, esse caso pode ser feito também por escritura pública; e o terceiro rito é chamado de arrolamento comum, quando a valoração dos bens não superar mil salários mínimos.⁵¹

A natureza do processo de inventário é contenciosa e deve ser instaurada no domicílio do autor da herança. Carlos Roberto Gonçalves explica que:

A regra, hoje, é a contenciosidade, em razão da possibilidade de haver litígio entre os interessados na herança, tanto na primeira fase, de declaração dos bens, quanto nas subseqüentes, de habilitação dos herdeiros, avaliação dos bens e partilha dos quinhões, exigindo julgamento e não simples homologação judicial, malgrado possam as partes transigir e realizar partilha amigável, desde que sejam maiores e capazes.⁵²

O prazo para requerimento da abertura do inventário é de dois meses, ultimando-se nos doze meses subseqüentes, caso não requerido nesse tempo, o juiz pode fazê-lo *ex officio* e podendo, ainda, o prazo de conclusão ser prorrogado⁵³. Os possuidores de legitimidade para requer essa abertura estão presentes no artigo 616 do Código de Processo Civil:

Art. 616. Têm, contudo, legitimidade concorrente:
I - o cônjuge ou companheiro supérstite;
II - o herdeiro;
III - o legatário;
IV - o testamentário;
V - o cessionário do herdeiro ou do legatário;
VI - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;
VII - o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;
VIII - a Fazenda Pública, quando tiver interesse;

⁵⁰ Art. 610. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial. § 1º Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras. BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

⁵¹ CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das Sucessões - Inventário e Partilha**. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. p. 144.

⁵² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 195.

⁵³ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 512.

IX - o administrador judicial da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge ou companheiro supérstite.⁵⁴

O juiz nomeará o inventariante ao despachar a exordial, que terá o papel de representar judicialmente e administrar o espólio. O Código de Processo Civil estabeleceu uma ordem de preferência para a nomeação do inventariante, dispondo da seguinte forma:

Art. 617. O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem:

I - o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;

II - o herdeiro que se achar na posse e na administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou se estes não puderem ser nomeados;

III - qualquer herdeiro, quando nenhum deles estiver na posse e na administração do espólio;

IV - o herdeiro menor, por seu representante legal;

V - o testamenteiro, se lhe tiver sido confiada a administração do espólio ou se toda a herança estiver distribuída em legados;

VI - o cessionário do herdeiro ou do legatário;

VII - o inventariante judicial, se houver;

VIII - pessoa estranha idônea, quando não houver inventariante judicial.

Parágrafo único. O inventariante, intimado da nomeação, prestará, dentro de 5 (cinco) dias, o compromisso de bem e fielmente desempenhar a função.⁵⁵

Instaurado o processo de inventário, este não poderá ser extinto por abandono ou inércia, devendo seguir até a partilha. Assim, o inventariante deve fazer todo o procedimento da citação dos interessados, receber as impugnações, realizar a avaliação dos bens inventariados, finalizando com suas últimas declarações e liquidando os impostos. Após, finalizado o inventário, passe-se a fase da partilha.⁵⁶

Segundo Paulo Nader, é a etapa culminante “[...] quando efetivamente a herança perde a sua indivisibilidade e se incorpora definitivamente ao patrimônio de herdeiros e legatários, cessando a comunhão hereditária existente a partir da abertura da sucessão e por força do *droit de saisine* (v. 172)”.⁵⁷

⁵⁴ BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

⁵⁵ BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

⁵⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. p. 203.

⁵⁷ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 555.

Com a partilha será realizada a repartição do patrimônio do *de cujus* se especificando o quinhão de cada herdeiro, a natureza jurídica da partilha é declaratória, por não ter força translativa da propriedade.⁵⁸ Portanto,

Antes da partilha há apenas expectativas, motivo pelo qual é uma temeridade a cessão de direitos hereditários sem a anuência dos demais interessados. Partilha é, pois, o fato jurídico de repartição do patrimônio do hereditando entre os herdeiros legítimos ou testamentários, individuando em substância, para cada um, os bens que se encontravam em comunhão a partir da abertura da sucessão.⁵⁹

Deste modo, realizada uma análise sucinta de inventário e partilha, passar-se-á ao segundo capítulo deste trabalho que tratará da atual sociedade virtualizada e de informação, relatando como a internet está intrinsecamente ligada a vida das pessoas, mencionando legislações específicas que permeiam o direito digital, como o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).

⁵⁸ CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das Sucessões - Inventário e Partilha**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. p. 179.

⁵⁹ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 568.

CAPÍTULO 2

SOCIEDADE DIGITAL

2.1 CONCEITOS BÁSICOS

Para entendimento do tema tratado neste trabalho, fazer-se-á uma ambientação de direito digital e da sociedade de informação, conceituando elementos básicos para melhor compreensão do tema.

Primeiramente convém citar que há diferentes formas de referir-se ao estado da sociedade atual, como sociedade digital, sociedade de informação, sociedade informatizada, sociedade em rede, dentre outras expressões, mas todas buscam referir-se as tecnologias que influenciam tanto as informações como a comunicação das pessoas na atualidade e o compartilhamento de dados.⁶⁰ Portanto, a sociedade de informação pode ser definida como “todo o resultado desse compartilhamento de dados, informações, pessoas, por meio das redes sociais que se agregou com as novas tecnologias móveis, como os *smartphones*”.⁶¹

O advento da *internet*⁶² no século XX, trouxe inúmeras inovações para a vida cotidiana, alterando o meio das pessoas relacionarem-se, juntamente com o surgimento de meios que organizam esse ambiente digital.⁶³

A *Internet* pode ser comumente definida como a rede mundial de computadores, que seria uma rede informática que interliga e conecta a todos.⁶⁴ Patrícia Peck Pinheiro destaca que a internet não somente diminuiu de forma eficaz as distâncias, reduzindo os custos, como também tornou eficaz a multicomunicação

⁶⁰ ZAMPIER, Bruno. **Bens digitais**: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 11.

⁶¹ BORGES, Gabriel Oliveira de Aguiar; JÚNIOR, José Luiz de Moura Faleiros; LONGHI, João Victor Rozatti; REIS, Guilherme (org.). **Fundamentos do Direito Digital**. Uberlândia: LAECC, 2020. E-book. p. 432.

⁶² *Internet* deriva do inglês, de *Internetwork*. Derivando da junção de inter-, com o sentido de recíproco, mútuo, e *network*, que significa um sistema conectado a outro de modo que ambos funcionem juntos. INTERNET. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/internet/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁶³ INTERNET. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/internet/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁶⁴ INTERNET. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/internet/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

que “[...] associada à capacidade de respostas cada vez mais ágeis, permite que a Internet se torne o mais novo veículo de comunicação a desafiar e transformar o modo como nos relacionamos”.⁶⁵

O Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014, que será tratado no tópico 2.3.1 deste trabalho, apresenta uma definição de *internet* como sendo “[...] o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes”.⁶⁶

Por sua vez, informática é um termo ainda mais antigo, derivado da década de 1830⁶⁷, que seria a “Ciência que trata a informação por meio de computadores e de outros dispositivos de processamento de dados”.⁶⁸

Pode-se extrair então duas palavras: dados e informação. A primeira palavra seria uma espécie de base que sem interpretação não tem significado. Já os dados são registros que devem ser processados para a obtenção de informações. Portanto, a informação é o processamento ou tratamento dos dados, acontece quando a reunião e organização dos dados gera um significado.⁶⁹

Outro termo que merece menção é o armazenamento em nuvem, ou simplesmente nuvem, que se trata de um armazenamento de dados digitais e arquivos, no servidor da própria empresa que prestar esse tipo de serviço, dessa forma pode ser acessado pelo usuário em qualquer lugar, utilizando uma internet pública ou uma conexão de rede privada. Podendo existir planos gratuitos e pagos, apenas alterando a disponibilidade do armazenamento que o usuário terá direito de usufruir.⁷⁰

⁶⁵ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. p. 20.

⁶⁶ Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes; [...]. BRASIL. **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶⁷ INFORMÁTICA. *In*: Significados, descubra e entenda diversos temas do conhecimento humano. Porto: 7Graus, 2011. Disponível em: <https://www.significados.com.br/informatica/#:~:text=Como%20surgiu%20a%20inform%C3%A1tica%3F,que%20pudesse%20fazer%20c%C3%A1culos%20rapidamente>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁶⁸ INFORMÁTICA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/informatica/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁶⁹ CRUZ, Lucas. **Diferença entre Dados e Informação**. ExpertDigital, 2022. Disponível em: <https://expertdigital.net/diferenca-entre-dados-e-informacao/#gsc.tab=0>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁷⁰O que é armazenamento em nuvem?. **Amazon**, 2023. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is/cloud-storage/>. Acesso em: 09 fev. 2023

Assim, todas essas interações na internet podem gerar um conteúdo, “[...] que englobaria todo e qualquer segmento de informação propriamente dito, ou seja, conteúdo será sempre uma informação digital. Neste contexto, poderá englobar um texto, imagem, som, dado [...].”⁷¹

Portanto, passar-se-á ao subtítulo 2.2 deste trabalho para abordar a sociedade de informação ou sociedade digital e o direito digital.

2.2 SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E O DIREITO DIGITAL

Inicialmente, convém destacar que a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, tem importante relação com a atual sociedade de informação. Visto que o desenvolvimento industrial usou de tecnologias para crescer economicamente e melhorar a qualidade de vida da sociedade, num momento em que a dinâmica social passou a progressivamente depender das tecnologias, que destacaram-se naquele período.⁷²

A diferença para a atual sociedade de informação diz respeito às comunicações, informações, conhecimentos e seu processamento, assim, a nova sociedade caracteriza-se pela “aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”.⁷³

Manuel Castells explica que o ciclo de realimentação na atual sociedade, seria a rapidez com que ocorre a aplicação de uma nova tecnologia seguido de seu aprimoramento e uso.⁷⁴ Logo, “a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem”.⁷⁵

⁷¹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais.** São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 31.

⁷² CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book.

⁷³ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book. p. 69.

⁷⁴ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book.

⁷⁵ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book. p. 69.

A partir do século XX, houve um considerável crescimento do uso da internet e das redes de computadores, provocando mudanças na estrutura da sociedade.⁷⁶

Conforme afirma Danilo Cesar Maganhoto Doneda:

[...] a tecnologia ganhou novo ímpeto e coloração com o incremento na velocidade do seu desenvolvimento em várias áreas, como a eletrônica, as telecomunicações e tantas outras. Essas tecnologias passaram a condicionar diretamente a sociedade, com sua filosofia de trabalho, seus instrumentos de produção, sua distribuição do tempo e de espaço; além de se identificar diretamente com a substância dos instrumentos e mecanismos de controle que podem causar a erosão da privacidade. A dimensão que o fenômeno tecnológico assumiu passou então a se tornar motivo de reflexão para as ciências sociais, entre elas o direito.⁷⁷

Dessa forma, em um ambiente virtual onde não existem distâncias e a comunicação tem maior eficiência, há um crescimento no relacionamento interpessoal onde as pessoas vivem hiperconectadas.⁷⁸ A sociedade cerca-se num paradigma onde “[...] as emoções, ideias, conceitos, noções de tempo, espaço e, até mesmo, do que seja realidade transformem-se constantemente. O virtual concorre com o real, sem que haja uma substituição.”⁷⁹

A capacidade de comunicação causada pela internet, além de ocorrer de forma instantânea, permite que os indivíduos interajam de diversos locais do mundo, o que gera uma “[...] interconexão de dispositivos de processamento de dados, existentes em diversos formatos”.⁸⁰ Conforme destaca Patrícia Peck Pinheiro:

[...] é importante compreender todo o mecanismo de funcionamento das novas tecnologias de comunicação, entre elas a Internet, bem como sua evolução no futuro cenário de convergência, uma vez que o Direito é resultado do conjunto comportamento e linguagem. Só com essa compreensão é que podemos fazer leis, aplicá-las e dar soluções ao caso concreto.⁸¹

⁷⁶ BORGES, Gabriel Oliveira de Aguiar; JÚNIOR, José Luiz de Moura Faleiros; LONGHI, João Victor Rozatti; REIS, Guilherme (org.). **Fundamentos do Direito Digital**. Uberlândia: LAECC, 2020. E-book.

⁷⁷ DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. E-book. p. 45.

⁷⁸ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021

⁷⁹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 2.

⁸⁰ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura**. 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book. p. 89.

⁸¹ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. E-book.

A natureza central da sociedade de informação é a velocidade como as coisas tendem a ocorrer, sejam pelas constantes mudanças ou pela alta difusão de informações. Bruno Torquato Zampier Lacerda explica que:

Evidentemente, este conjunto de acontecimentos acaba por impactar a vida social, política e cultural dos povos. Os hábitos, formas de manifestação do pensamento, de diversão e prazer são modificados em virtude da digitalização e do veloz compartilhamento das informações. O ser humano imerso na cibercultura tende, tal como esta, à universalização, pela interconexão das informações, das máquinas e do próprio homem.⁸²

Assim, ante essa universalização há uma infinidade de serviços que podem ser encontrados no ambiente virtual como livros, jogos, músicas, fotos, vídeos, documentos. Podendo, também, haver a realização de atividades que comumente seriam presencial, como a expedição de certidões e documentos pessoais, assinaturas digitais até mesmo o pagamento de multas de trânsito e criação de contas em bancos⁸³, meros exemplos do que pode aparecer.

Nesse cenário, as redes sociais possuem grande destaque, permitindo que cada usuário gere conteúdos, compartilhem suas preferências nas mais diversas áreas e interajam entre si, além de informações e dados que não são notadamente públicos, como os registros que envolvem informações pessoais, a localização de onde o usuário está acessando, dentre outros, que permanecem armazenados de forma oculta e privada.⁸⁴ Todas essas informações criam para cada usuário a chamada identidade digital, deixando rastros que continuam existindo mesmo após o falecimento de quem a deu origem, assim, “[...] cessa a existência da pessoa humana, mas não da sua ‘pegada digital’ [...]”.⁸⁵

Segundo Bruno Torquato Zampier Lacerda:

Vários aspectos positivos das *social networks* podem ser destacados, entre os quais:

- a) a possibilidade de exercício da liberdade de expressão;
- b) criação e reunião de comunidades de sujeitos com interesses comuns;

⁸² LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 12.

⁸³ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021

⁸⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

⁸⁵ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 11.

- c) encontro ou reencontro de amigos e familiares;
- d) interatividade entre aqueles que estão geograficamente distantes;
- e) incremento do comércio eletrônico; e
- f) acesso gratuito à plataforma.⁸⁶

Deste modo, as redes sociais digitais podem ser definidas como “agrupamentos complexos constituídos por interações sociais apoiadas em tecnologias digitais de comunicação”.⁸⁷ Segundo Raquel Recuero, existem dois elementos presentes nas redes sociais: os atores, que seriam as pessoas, e as conexões, que consistiriam nas interações sociais.⁸⁸

A existência das redes sociais permite uma ampla liberdade de expressão e comunicação global, essa interconexão leva a formação de comunidades online que reformulam a sociedade. De modo que a vida dos indivíduos está intrinsecamente ligada à internet e as tecnologias que nela permeiam. Dessa forma, “a Internet parece ter um efeito positivo sobre a interação social, e tende a aumentar a exposição a outras fontes de informação”.⁸⁹

No mundo digital, o Direito Digital possui como características: “celeridade, dinamismo, autorregulamentação, poucas leis, base legal na prática costumeira, o uso da analogia e solução por arbitragem”.⁹⁰ Patrícia Peck Pinheiro acentua que:

Na Era Digital, o instrumento de poder é a informação, não só recebida mas refletida. A liberdade individual e a soberania do Estado são hoje medidas pela capacidade de acesso à informação. Em vez de empresas, temos organizações moleculares, baseadas no indivíduo. A mudança é constante e os avanços tecnológicos afetam diretamente as relações sociais.⁹¹

Assim, tornam-se relevantes as questões pertinentes a privacidade na rede de informação, na medida em que esta “não depende de centros de controle hierarquizados. Tal configuração cria dificuldades às tentativas de controle do tráfego de dados [...] podendo substituir eventuais vias de comunicação bloqueadas por outras [...]”.⁹²

⁸⁶ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 39.

⁸⁷ RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. E-book. p. 13.

⁸⁸ RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. E-book.

⁸⁹ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. E-book. p. 102.

⁹⁰ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. p. 28.

⁹¹ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. p. 25.

⁹² DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. E-book. p. 56.

De modo que urge a necessidade de diretrizes ou respostas jurídicas que norteiem a sociedade digital, que ultrapassem a barreira da velocidade em que ela transforma-se, “[...] deve ser genérica o suficiente para sobreviver ao tempo e flexível para atender aos diversos formatos que podem surgir de um único assunto.”⁹³, gerando então uma segurança jurídica para os indivíduos.⁹⁴

Dessa forma, levar-se-á ao subtítulo 2.3 deste trabalho, sobre as legislações existentes que permeiam o Direito Digital, como o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).

2.3 LEGISLAÇÕES QUE PERMEIAM O DIREITO DIGITAL NO BRASIL

2.3.1 MARCO CIVIL DA INTERNET, LEI N. 12.965/2014

A Lei n. 12.965/2014, instituída em 23 de abril de 2014⁹⁵, também conhecida como Marco Civil da Internet ou como Constituição da Internet, é um importante feito da legislação brasileira que passou a regular as situações e relações jurídicas decorrentes da utilização da internet. Trata-se de uma lei ordinária que surgiu para suprir a ausência ou deficiência das leis que existiam naquele momento, garantindo uma segurança jurídica aos usuários da internet.⁹⁶

A referida lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, como consta em seu primeiro artigo.⁹⁷ Esses princípios, previstos de maneira exemplificativa, estão no artigo 3º da Lei:

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:
I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;

⁹³ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. p. 26.

⁹⁴ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

⁹⁵ BRASIL. **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁹⁶ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

⁹⁷ Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. BRASIL. **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

II - proteção da privacidade;
 III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
 IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;
 V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;
 VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;
 VII - preservação da natureza participativa da rede;
 VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
 Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.⁹⁸

Gustavo Santos Gomes Pereira explica que em grande parte dos dispositivos dessa Lei, o redator se atentou na proteção dos direitos da personalidade, reforçando os previstos na Constituição Federal. O autor destaca que:

Nesse sentido é que previu como fundamento da disciplina do uso da internet no Brasil o desenvolvimento da personalidade, trouxe disposições que tratam da responsabilidade civil dos provedores de internet por ofensa a direitos da personalidade como honra, imagem, por exemplo, inclusive facilitando a defesa destes em casos de divulgação não autorizada de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado.⁹⁹

Leonardo Pereira traz cinco pontos essenciais para o entendimento do Marco Civil da Internet. O primeiro diz respeito aos direitos, onde o usuário tem liberdade de expressão, garantia de acesso à internet e de proteção a sua vida privada, como forma de exercício da cidadania.¹⁰⁰

O segundo tópico seria da neutralidade, proibindo as operadoras de analisar o uso do usuário para vender pacotes de internet, “[...] O governo até pode fazer essa discriminação, mas só em duas situações: se ela for indispensável para a prestação dos serviços; ou se serviços de emergência precisarem ser priorizados”.¹⁰¹

⁹⁸ BRASIL. **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁹⁹ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 31.

¹⁰⁰ PEREIRA, Leonardo. **5 pontos essenciais para entender o Marco Civil da Internet**. In: Olhar Digital. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/5-pontos-essenciais-para-entender-o-marco-civil-da-internet/41053>>. Acesso em: 20 set. 2022.

¹⁰¹ PEREIRA, Leonardo. **5 pontos essenciais para entender o Marco Civil da Internet**. In: Olhar Digital. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/5-pontos-essenciais-para-entender-o-marco-civil-da-internet/41053>>. Acesso em: 20 set. 2022.

Já o terceiro trata da guarda de informações, onde as operadoras de serviço são obrigadas a não repassar os dados e informações dos usuários a terceiros, podendo fornecer a Justiça brasileira quando requeridas por ordem judicial, podendo sofrer sanções caso não respeitem a ordem. Havendo registros de conexão as operadoras precisam manter os dados por até um ano, enquanto os registros de acesso precisam ser mantidos por até seis meses.¹⁰²

No quarto ponto, o autor aborda a responsabilização pelo conteúdo, onde apenas os clientes são responsabilizados pelo conteúdo postado na internet e não a empresa provedora da internet. Por fim, explana as obrigações do governo, que são determinações que os entes federais, estaduais e municipais precisam cumprir, como exemplo, o estímulo do governo para que todos mexem com tecnologia e internet para reduzir desigualdades, ou ainda, para publicidade dos dados e informações públicas para maior transparência, dentre outros.¹⁰³

Apesar de ter sido um marco no ordenamento jurídico brasileiro, possuindo pontos positivos, o Marco Civil da Internet deixou questões pertinentes de fora. Na atualidade onde a geração de conteúdo e bens é crescente no ambiente digital, omitiu-se quanto a tutela e destinação da herança digital.¹⁰⁴

2.3.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, LEI N. 13.709/2018

Promulgada em 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi o novo marco da legislação brasileira, também conhecida por sua sigla LGPD, entrando em vigor em 18 de setembro de 2020. O intuito dessa lei, como

¹⁰² PEREIRA, Leonardo. **5 pontos essenciais para entender o Marco Civil da Internet**. In: Olhar Digital. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/5-pontos-essenciais-para-entender-o-marco-civil-da-internet/41053>>. Acesso em: 20 set. 2022.

¹⁰³ PEREIRA, Leonardo. **5 pontos essenciais para entender o Marco Civil da Internet**. In: Olhar Digital. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/5-pontos-essenciais-para-entender-o-marco-civil-da-internet/41053>>. Acesso em: 20 set. 2022.

¹⁰⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

mencionado no seu primeiro artigo¹⁰⁵, é o tratamento de dados pessoais, de pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, por qualquer meio.¹⁰⁶

Dado pessoal¹⁰⁷ seria a informação referente a pessoa natural, relacionado a privacidade do indivíduo, enquanto dado pessoal sensível, seriam dados mais específicos como religião, raça, dados genéticos, número do documento, nome, entre outros específicos daquela pessoa, relacionados a sua intimidade e por isso considerados sensíveis. Assim, os dados pessoais podem ser classificados de duas formas: diretos e indiretos.¹⁰⁸ Tarcísio Teixeira explica que são “dados pessoais diretos quando as informações identifiquem diretamente a pessoa. Já os dados pessoais indiretos quando a pessoa puder ser identificada (identificável) pelas informações”.¹⁰⁹

Em relação ao tratamento de dados pessoais, quando a pessoa que os trata estiver fora do Brasil ou se os dados estiverem fora do país, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais terá aplicação, segundo seu artigo 3º¹¹⁰, nos casos de:

[...] (i) a operação de tratamento seja realizada no território nacional; (ii) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional (sendo considerados coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta).¹¹¹

¹⁰⁵ Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹⁰⁶ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

¹⁰⁷ Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹⁰⁸ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

¹⁰⁹ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 111.

¹¹⁰ BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹¹¹ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 113.

Por outro lado, a referida lei não será aplicada quando os tratamentos de dados pessoais forem praticados por pessoa natural para fim exclusivamente particular e não econômico, para os casos de serem usados com o intuito jornalístico, artístico ou acadêmico. Ou ainda, praticados para fim exclusivo de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou para atividades de investigação e repressão de infração penal.¹¹²

Essa lei visa uma maior segurança jurídica, trazendo princípios, direitos e bases legais (hipóteses) para a realização dos tratamentos de dados pessoais dos indivíduos, muito utilizadas na atual sociedade digital.¹¹³ Tendo como direitos fundamentais o reconhecimento da titularidade dos dados pessoais, respeito à privacidade, inviolabilidade da intimidade, liberdade, entre outros importantes fundamentos presentes no artigo segundo da Lei n. 13.709/2018.¹¹⁴

Ademais, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais elenca, em seu artigo 6º, um rol de princípios norteadores:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

¹¹² BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹¹³ PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

¹¹⁴ Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - o respeito à privacidade; II - a autodeterminação informativa; III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
 VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
 VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
 IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
 X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.¹¹⁵

Ainda, para o tratamento de dados devem ser observadas uma das dez bases legais ou hipóteses de tratamento, previstas no artigo 7º da referida Lei.¹¹⁶ A primeira hipótese, diz respeito ao consentimento, que deverá ser demonstrado por algum meio que expresse a vontade do titular, em alguns casos como Termos de Usos e Políticas de Privacidades de sites da internet, o indivíduo deve estar ciente do seu consentimento para a realização daquele negócio. Havendo vício de consentimento, não haverá efeito para o titular do negócio.¹¹⁷

A segunda base legal seria para cumprir determinação legal ou regulatória do controlador, por exemplo os casos em que determinada agência solicita a prestação de conta, contendo informações das empresas e seus clientes. A terceira hipótese fala dos casos em que a administração pública utiliza-se de dados para a aplicação de políticas públicas.¹¹⁸ Além disso, apresentam-se outras sete bases legais, denota-se:

[...] IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
 V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
 VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

¹¹⁵ BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹¹⁶ BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹¹⁷ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

¹¹⁸ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
 VIII - para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;
 VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
 IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
 X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.¹¹⁹

Portanto, busca-se uma garantia de segurança da informação, e conseqüentemente, a proteção dos dados pessoais, norteados pelo princípio da segurança e os outros existentes na lei, tendo em vista que observa-se a existência de bases legais para o tratamento e controle dos dados, de início ao fim.¹²⁰

Caso haja algum incidente de segurança, é indispensável comunicar a autoridade nacional, para que “[...] possa agir de forma célere, de modo a analisar a gravidade como recomendar as medidas que entender cabíveis, dentre elas a determinação para o controlador divulgar amplamente o fato nos meios de comunicação [...]”.¹²¹

Ademais, nota-se que a natureza principal da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais refere-se à delimitação da utilização do uso dos dados dos indivíduos pelas redes sociais, visto que “[...] o Google, Facebook, Instagram e outras redes terem casos de vazamentos de dados pessoais, sensíveis e anonimizados vazados e coletados, sem autorização expressa do usuário da coleta e da finalidade desta”.¹²²

A Lei n. 13.709/2018 inovou ao trazer os conceitos de termos presentes no ambiente virtual, como dados pessoais, dados pessoais sensíveis, tratamento de dados, titular, entre outros. Porém, deixou de tratar acerca da morte do indivíduo titular dos dados, e, conseqüentemente, deixou uma lacuna no Direito Sucessório.¹²³

¹¹⁹ BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹²⁰ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

¹²¹ TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 141.

¹²² OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cujus". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

¹²³ MADEIRA, Paula Lourenço. "A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protacao-de-dados>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Na mesma linha de pensamento, Júlia Venas Oliveira explica que esta Lei além de não prever sobre a destinação dos bens digitais do falecido, deixou de fazer qualquer referência acerca da herança digital.¹²⁴

Desta forma, visto que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é a legislação atual que versa sobre o mundo virtual, esta omitiu-se acerca da possível transmissão dos bens digitais do *de cuius*, deixando uma lacuna quanto a Herança Digital e quanto a proteção dos dados pessoais do falecido.¹²⁵

Assim, realizadas considerações acerca da sociedade de informação e do direito digital, apresentados os conceitos básicos e efetuados apontamentos sobre as legislações específicas que permeiam o ambiente digital, sendo o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018). Passar-se-á ao terceiro capítulo deste trabalho de curso, que versará sobre a Herança Digital, trazendo aspectos gerais e apresentando os bens digitais, bem como os projetos de leis referentes a transmissão dos bens digitais. Para então, tratar sobre a possibilidade de sucessão dos bens digitais.

¹²⁴ OLIVEIRA, Júlia Venas. "**A Destinação de Bens Digitais Post Mortem**: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cuius". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹²⁵ OLIVEIRA, Júlia Venas. "**A Destinação de Bens Digitais Post Mortem**: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cuius". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CAPÍTULO 3

HERANÇA DIGITAL

3.1 ASPECTOS SOBRE A HERANÇA DIGITAL

Inicialmente, como destacado no subtítulo 1.1 deste trabalho, herança não se confunde com sucessão, dessa forma, cabe conceituar herança para então esclarecer o que é a chamada herança digital.

Denomina-se herança como um conjunto ou uma universalidade de bens, corpóreos ou incorpóreos, direitos e obrigações, de ativos e passivos, que formam o patrimônio que é transmitido com a morte do *de cuius* para um ou mais herdeiros.¹²⁶ Excluem-se da transmissão os direitos personalíssimos, como o direito à vida, à privacidade, à honra, entre outros, por serem direitos de cada indivíduo irrenunciáveis e intransmissíveis.¹²⁷

Maria Berenice Dias conceitua herança como sendo o “acervo patrimonial que é transmitido aos herdeiros, quer sejam legítimos, quer instituídos por testamento”.¹²⁸

Pela morte do *de cuius*, ou seja, do autor da herança, desaparece o titular do patrimônio deixado, e para a permanência da integralidade do patrimônio, enquanto não realizada a partilha, o espólio torna-se o titular do patrimônio. O espólio é um ente despersonalizado, sendo uma criação jurídica.¹²⁹

O Código Civil estabelece a universalidade e indivisibilidade da herança no artigo 1.791 “A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros”¹³⁰. Acrescentando, ainda, no parágrafo único do mesmo artigo que “Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio”¹³¹.

¹²⁶ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direitos das sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

¹²⁷ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 7. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. p. 52.

¹²⁸ DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. E-book. p. 315.

¹²⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Sucessões**. v. 6. São Paulo: Atlas, 2018. E-book.

¹³⁰ BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

¹³¹ BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

A Constituição Federal prevê no Título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, no artigo 5º, inciso XXX¹³², a garantia dos indivíduos ao direito de herança.¹³³ Insta frisar que em relação às dívidas deixadas pelo *de cuius*, nenhum herdeiro pagará além do quinhão a que está destinado, ou seja, além das forças da herança.¹³⁴

No ambiente virtual os indivíduos realizam as mais diversas interações digitais, deixando armazenados diferentes espécies de bens¹³⁵, que serão analisados no próximo tópico deste trabalho, item 3.2, e que formam a herança digital.

O ordenamento jurídico brasileiro não conceitua o que vem a ser herança digital. Na Câmara de Deputados, dois projetos de lei tramitaram em 2012, que buscaram introduzir a herança digital no Código Civil e posteriormente foram arquivados.¹³⁶

O Projeto de Lei n. 4.099/2012, apresentado em 20 de junho de 2012, teve como base a inclusão de um parágrafo único no artigo 1.788 do Código Civil¹³⁷, onde seria possível a “transmissão aos herdeiros de todos os conteúdos de contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança”.¹³⁸ Segundo o autor, como justificativa para o Projeto de Lei:

¹³² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹³³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹³⁴ NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. E-book.

¹³⁵ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v.6. 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

¹³⁶ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v.6. 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

¹³⁷ Art. 1.788. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo. BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹³⁸ Art. 1.º. Esta lei altera o art. 1.788 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, a fim de dispor sobre a sucessão dos bens e contas digitais do autor da herança. Art. 2.º. O art. 1.788 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 1.788 Parágrafo único. Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança.” (NR) Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.099/2012**. Altera o artigo 1.788 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>. Acesso em: 28 fev. 2023.

O Direito Civil precisa ajustar-se às novas realidades geradas pela tecnologia digital, que agora já é presente em grande parte dos lares. Têm sido levadas aos Tribunais situações em que as famílias de pessoas falecidas desejam obter acesso a arquivos ou contas armazenadas em serviços de internet e as soluções tem sido muito díspares, gerando tratamento diferenciado e muitas vezes injustos em situações assemelhadas. É preciso que a lei civil trate do tema, como medida de prevenção e pacificação de conflitos sociais. O melhor é fazer com que o direito sucessório atinja essas situações, regularizando e uniformizando o tratamento, deixando claro que os herdeiros receberão na herança o acesso e total controle dessas contas e arquivos digitais. Creemos que a medida aperfeiçoa e atualiza a legislação civil, razão pela qual conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.¹³⁹

Entretanto, o projeto mostrava-se superficial uma vez que não conceituava herança digital, e tratava-a no âmbito da sucessão legítima, deixando lacunas no que concerne a tutela da privacidade, imagem e outros direitos do falecido.¹⁴⁰ Nesse cenário, merece menção o Projeto de Lei n. 4.847/2012, apresentado em 12 de dezembro de 2012, que já esteve apensado ao projeto anteriormente citado, e foi mais amplo e específico ao definir a herança digital.¹⁴¹ Teve como base, a adição do Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil, nota-se:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas a respeito da herança digital.

Art. 2º Fica acrescido o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a seguinte redação:

Capítulo II-A

Da Herança Digital

“Art. 1.797-A. A herança digital defere-se como o conteúdo intangível do falecido, tudo o que é possível guardar ou acumular em espaço virtual, nas condições seguintes:

I – senhas;

II – redes sociais;

III – contas da Internet;

IV – qualquer bem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido.

Art. 1.797-B. Se o falecido, tendo capacidade para testar, não o tiver feito, a herança será transmitida aos herdeiros legítimos.

Art. 1.797-C. Cabe ao herdeiro:

I - definir o destino das contas do falecido;

a) - transformá-las em memorial, deixando o acesso restrito a amigos confirmados e mantendo apenas o conteúdo principal ou;

b) - apagar todos os dados do usuário ou;

¹³⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.099/2012**. Altera o artigo 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁴⁰ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v.6. 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

¹⁴¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.847/2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>. Acesso em: 15 fev. 2023.

c) - remover a conta antigo usuário.”

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.¹⁴²

A justificativa do autor foi de que tudo que estiver num ambiente virtual possível de ser guardado, deveria fazer parte do patrimônio do indivíduo e de sua herança digital, buscando resguardar os direitos do falecido e preservar seu legado digital, visto a ausência de legislação que regulamentasse o tema.¹⁴³ Complementando que “[...] pretende assegurar o direito dos familiares em gerir o legado digital daqueles que já se foram”.¹⁴⁴

Segundo Marco Aurélio de Farias Costa Filho, as próximas gerações herdarão bens intangíveis, uma vez que antigamente eram transmitidos livros, CDs, DVDs, entre outros, em mídia física, e “o mesmo tipo de conteúdo já não precisa estar associado a qualquer mídia física e pode ser deixado pelas gerações seguintes em formato exclusivamente digital”.¹⁴⁵

Assim, acerca do conceito de herança digital, Gustavo Santos Gomes Pereira especifica que:

[...] a herança digital pode ser compreendida como essa mesma herança, tradicionalmente conceituada nos manuais de Direito Civil, só que com um objeto mais específico, qual seja, o patrimônio digital do falecido, incluídos aí arquivos como fotos, músicas, vídeos e livros, estejam eles armazenados na memória de um dispositivo informático ou em serviços de nuvem; sob certas condições, contas e páginas na internet, tais como *blogs* e até mesmo perfis em redes sociais.¹⁴⁶

¹⁴² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.847/2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

¹⁴³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.847/2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

¹⁴⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.847/2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

¹⁴⁵ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book. p. 17.

¹⁴⁶ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 41.

Já Paula Lourenço Madeira define herança digital como sendo “o conteúdo imaterial, incorpóreo, intangível, sobre o qual o falecido possuía titularidade, formado pelos bens digitais com valoração econômica e sem valoração econômica”.¹⁴⁷

Portanto, explicitado o conceito de herança e levantado aspectos da herança digital, bem como destacado os Projetos de Lei n. 4.099/2012 e n. 4.847/2012, passar-se-à ao próximo tópico deste trabalho que abordará a análise de bens jurídicos e bens digitais.

3.2 BENS JURÍDICOS E BENS DIGITAIS

Para a análise dos bens digitais e melhor compreensão do tema deste trabalho, convêm analisar o conceito e o que é o bem jurídico para o Direito. O Código Civil deixou de conceituar bem, passando diretamente as classificações dos bens, quais sejam, bens móveis, bens imóveis, bens fungíveis, bens consumíveis, bens divisíveis, bens singulares, bens coletivos, bens reciprocamente considerados e bem públicos.¹⁴⁸

Bruno Torquato Zampier Lacerda, destaca que existe no ser humano a necessidade de satisfazer suas vontades, de forma a obter sucesso em sua realização existencial e patrimonial, e para isso buscam mecanismos que cumpram essa realização, surgindo então os bens jurídicos.¹⁴⁹ Maria Helena Diniz explica que os bens são coisas, e existem coisas que não são bens, sendo bem a espécie e coisa o gênero, portanto, só interessam ao direito todas os bens úteis e raros, que possam ser apropriados e tenham valoração econômica.¹⁵⁰

Para ser objeto da relação jurídica privada, o bem precisa apresentar três requisitos, quais sejam: 1º) Interesse econômico: o bem deve satisfazer uma ordem econômica, “excluindo-se, então, da noção de bem os elementos morais da personalidade, inapreciáveis economicamente”¹⁵¹; 2º) Gestão econômica: o bem deve

¹⁴⁷ MADEIRA, Paula Lourenço. "A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protecao-de-dados>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁴⁸ BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

¹⁴⁹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

¹⁵⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. v. 1. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

¹⁵¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. v. 1. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 382.

apresentar autonomia econômica, podendo individualizá-lo e valorá-lo; 3º) Subordinação jurídica: o bem necessita ser subordinado ao domínio de alguém.¹⁵²

Dessa forma, conforme conceitua Silvio Rodrigues:

Para a economia política, bens são aquelas coisas que, sendo úteis aos homens, provocam sua cupidez e, por conseguinte, são objeto de apropriação privada. Entretanto, ainda dentro do conceito econômico, nem todas as coisas úteis são consideradas bens, pois, se existirem em grande abundância na natureza, ninguém se dará ao trabalho de armazená-las. Assim, nada mais útil ao homem do que o ar atmosférico, mas, como ele abunda na natureza, não é um bem econômico. Desse modo, poder-se-iam definir bens econômicos como aquelas coisas que, sendo úteis ao homem, existem em quantidade limitada no universo [...].¹⁵³

Já os bens digitais, segundo Moisés Fagundes Lara, seriam dados e informações processados por “[...] dispositivos eletrônicos, tais como fotos, músicas, filmes, etc., ou seja, quaisquer informações que podem ser armazenadas em bytes nos diversos aparelhos como computadores, celulares e tablets”.¹⁵⁴ Incluindo-se, ainda, milhas áreas, criptomoedas¹⁵⁵, jogos eletrônicos, entre outros.¹⁵⁶

Outra conceituação seria de que os bens digitais são

[...] bens imateriais representados por instruções codificadas e organizadas virtualmente com a utilização linguagem informática, armazenados em forma digital, seja no dispositivo do próprio usuário ou em servidores externos como no caso de armazenamento em nuvem, por exemplo, cuja interpretação e reprodução se opera por meio de dispositivos informáticos (computadores, tablets, smartphones dentre outros), que poderão estar ou não armazenado no dispositivo de seu próprio titular, ou transmitidos entre usuários de um dispositivo para outro, acesso via download de servidores ou digitalmente na rede, e podem se apresentar ao usuário.¹⁵⁷

¹⁵² DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. v. 1. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

¹⁵³ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil Parte Geral**. v. 1. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. E-book. p. 115.

¹⁵⁴ LARA, Moisés Fagundes. **Herança digital**. 1. ed. Clube dos Autores: Porto Alegre, 2019. p. 22.

¹⁵⁵ Dinheiro semelhante a vários outros, exceto pelo fato de ser completamente digital, não-impresso, nem emitido por organizações governamentais, como o real, o dólar, a libra esterlina etc.: a criptomoeda mais conhecida é o BitCoin, mas há várias outras idênticas no mercado. CRIPTOMOEDA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criptomoeda/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

¹⁵⁶ PINHEIRO, Valter Giuliano Mossini; FACHIN, Zulmar Antonio. **Bens Digitais: Análise da Possibilidade de Tutela Jurídica no Direito Brasileiro**. In: XXVII Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

¹⁵⁷ PINHEIRO, Valter Giuliano Mossini; FACHIN, Zulmar Antonio. **Bens Digitais: Análise da Possibilidade de Tutela Jurídica no Direito Brasileiro**. In: XXVII Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Florianópolis: CONPEDI, 2018. p. 13.

Para Bruno Torquato Zampier Lacerda, os bens digitais são bens incorpóreos, ou seja, não possuem existência física, que os usuários vão inserindo ao longo do tempo na internet e que constituem informações de cunho pessoal, de utilidade para aquele usuário, possuindo ou não valor econômico. Para o supracitado autor, os bens digitais economicamente valoráveis e os bens digitais sem valoração econômica, também podem ser chamados, respectivamente, de bens digitais patrimoniais e bens digitais existenciais.¹⁵⁸

No mesmo sentido, Juliana Evangelista de Almeida, além de considerar os bens digitais como imateriais, também os classifica em duas grandes categorias, sendo os bens possíveis de serem valorados economicamente e os bens invaloráveis economicamente dependendo de cada relação jurídica a qual referem-se.¹⁵⁹

Para exemplificar, a mencionada autora, cita o e-book que é um bem jurídico digital com valor econômico, sendo assim, estimável economicamente.¹⁶⁰ Por outro lado, tem-se um usuário que gera dados em determinada rede social, e ocasiona para este um bem digital desprovido de conteúdo econômico, sendo assim, um “bem jurídico imaterial sem apreciação econômica, pois ligado a faceta da personalidade daquele usuário”.¹⁶¹ Ainda, outro exemplo seria de um provedor coletar várias informações de múltiplos perfis nas redes sociais e utilizar para delimitar o perfil de diferentes consumidores, ou mesmo para ceder onerosamente a terceiros (desde que previsto nos termos de uso), então tratar-se-á de um bem digital com valor econômico.¹⁶²

Igualmente, Marco Aurélio de Farias Costa Filho, expressa a existência de bens digitais economicamente valoráveis, onde herança refere-se a patrimônio, de modo que o patrimônio “[...] inclui o complexo de relações jurídicas dotadas de valor econômico de uma determinada pessoa, percebe-se que arquivos digitais dotados de

¹⁵⁸ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais.** São Paulo: Editora Foco, 2021.

¹⁵⁹ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

¹⁶¹ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book. p. 41.

¹⁶² ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

tal valor (sites, musicas, filmes, livros, bens virtuais e etc.) devem fazer parte da partilha”.¹⁶³

Na mesma linha, Maria Berenice Dias, apresenta a definição de herança digital como sendo o acervo digital, ou seja, os bens digitais dotados de valor econômico que integrariam o espólio, diferindo dos bens digitais sem valor econômico, como um perfil em rede social, e-mails e outros, que tinham valor sentimental e moral para o falecido, expressando a ideia de existir as duas grandes categorias de bens digitais citadas anteriormente.¹⁶⁴

Assim, entrariam na transmissão do patrimônio do *de cuius*, os bens digitais economicamente valoráveis, por serem pecuniariamente avaliáveis. Apesar dos bens digitais sem valoração econômica possuírem caráter sentimental, os referidos doutrinadores afirmam que não deverá entrar na partilha, visto que só diz respeito ao Direito, conforme o conceito de bem apresentado neste tópico, aqueles bens úteis com valor econômico.¹⁶⁵

Gustavo Santos Gomes Pereira aponta como fundamento para a determinação deve levar-se em conta os bens pecuniariamente avaliáveis, as questões personalíssimas, onde poderia haver uma possível violação dos direitos da personalidade do falecido, como a intimidade, honra e imagem, expondo a vida privada tanto do *de cuius* como de terceiros na transmissão de bens digitais sem valor econômico.¹⁶⁶

Desse modo, passar-se-á ao subtítulo 3.3 deste trabalho, que tratará da sucessão dos bens digitais e a legislação brasileira.

¹⁶³ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book. p. 32.

¹⁶⁴ DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. E-book.

¹⁶⁵ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

¹⁶⁶ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

3.3 SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

3.3.1 PROJETO DE LEI N. 5.820/2019

Apresentou-se em 31 de outubro de 2019, o Projeto de Lei n. 5.820/2019, na Câmara dos Deputados que dá nova redação ao artigo 1.881 do Código Civil e inclui elementos do Direito Digital.

O referido Projeto de Lei foi proposto por Elias Vaz visando alterar a disposição acerca do codicilo no Código Civil. Tendo como intuito limitar o uso do codicilo em dez por cento do patrimônio líquido do autor da herança e possibilitar a realização por meio digital, sem grandes formalidades. Além disso, buscou esclarecer o que é a herança digital. A ideia central deste projeto de lei é tornar mais prática a sucessão, pois o patrimônio que não ultrapassar o montante indicado acima, poderá usufruir do codicilo.¹⁶⁷

Assim, veja-se:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.881. Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante instrumento particular, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, bem como destinar até 10% (dez por cento) de seu patrimônio, observado no momento da abertura da sucessão, a certas e determinadas ou indeterminadas pessoas, assim como legar móveis, imóveis, roupas, joias entre outros bens corpóreos e incorpóreos.

§1º A disposição de vontade pode ser escrita com subscrição ao final, ou ainda assinada por meio eletrônico, valendo-se de certificação digital, dispensando-se a presença de testemunhas e sempre registrando a data de efetivação do ato.

§2º A disposição de vontade também pode ser gravada em sistema digital de som e imagem, devendo haver nitidez e clareza nas imagens e nos sons, existir a declaração da data de realização do ato, bem como registrar a presença de duas testemunhas, exigidas caso exista cunho patrimonial na declaração.

§3º A mídia deverá ser gravada em formato compatível com os programas computadorizados de leitura existentes na data da efetivação do ato, contendo a declaração do interessado de que no vídeo consta seu codicilo, apresentando também sua qualificação completa e das testemunhas que acompanham o ato, caso haja necessidade da presença dessas.

§4º Para a herança digital, entendendo-se essa como vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais, e outros elementos armazenados exclusivamente

¹⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

na rede mundial de computadores, em nuvem, o codicilo em vídeo dispensa a presença das testemunhas para sua validade.

§5º Na gravação realizada para fim descrito neste dispositivo, todos os requisitos apresentados têm que ser cumpridos, sob pena de nulidade do ato, devendo o interessado se expressar de modo claro e objetivo, valendo-se da fala e vernáculo Português, podendo a pessoa com deficiência utilizar também a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou de qualquer maneira de comunicação oficial, compatível com a limitação que apresenta.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.¹⁶⁸

Como justificativa, foi argumentado sob o fato de a realidade estar moldada no mundo virtual, onde a maioria dos brasileiros usa da tecnologia para manter e desenvolver relações sociais.¹⁶⁹ Sendo a internet o meio pelo qual as pessoas apresentam conteúdos e diversas interações, “Tais expressões dos cidadãos no mundo virtual podem ser obtidas, guardadas e disponibilizadas através da internet, das nuvens, que são locais virtuais para armazenamento”.¹⁷⁰

O autor do Projeto de Lei n. 5.820/2019 explica, também, como muito do que era realizado no mundo físico, como assinar documentos, resolver questões bancárias, como transferência de dinheiro, realizar audiências e ouvir testemunhas, entre outras realizações, são feitas no mundo digital, assim, além de facilitar tornam mais prática a vida dos indivíduos. E o atual Código Civil, aprovado em 2002, não acompanhou as mudanças e avanços que a tecnologia e a internet trouxeram, com o surgimento de novas demandas que necessitam de regulamentação.¹⁷¹

Além disso, destacou que em relação ao codicilo, o Código Civil não quantificou o pequeno legado, limitando ao uso de dez por cento do patrimônio líquido do autor da herança, dificultando a disposição em montante maior do que o determinado,

¹⁶⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁶⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

também, relatou como o codicilo digital seria benéfico para a sociedade.¹⁷² Segundo o autor:

No Brasil, a ideia de herança digital é timidamente discutida, entretanto o primeiro passo para instrumentalizar, tornar pragmático a disposição de última vontade quanto a essa parte do patrimônio, corresponde a modificação do Codicilo, atualizando-o, definindo regras claras para sua utilização, assim como criar sua modalidade digital.¹⁷³

Convém mencionar que essa proposta tem como última movimentação, a apresentação na Câmara dos Deputados, em 08/02/2022, e está, atualmente, aguardando remessa e apreciação pelo Senado Federal.

3.3.2 PROJETO DE LEI N. 3.050/2020

O Projeto de Lei n. 3.050/2020¹⁷⁴, apresentou-se em 02 de junho de 2020, visando alterar o artigo 1.788 do Código Civil, a fim de dispor sobre a transmissão dos bens digitais de qualidade patrimonial do *de cuius* aos herdeiros, para acrescentar o seguinte parágrafo único: “Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de qualidade patrimonial contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança”.¹⁷⁵

Esta proposta assemelha-se ao Projeto de Lei 4.099/2012, que fora arquivado, citado neste trabalho no tópico 3.1, que dispusera sobre a transmissão de todos os conteúdos digitais sem especificar quais englobariam e nem como seria levado em conta a vontade do falecido e o respeito a sua privacidade e vontade. Já o Projeto de Lei n. 3.050/2020, inclui a expressão todos os conteúdos de qualidade patrimonial, ou

¹⁷² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 3.050/2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254247>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 3.050/2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254247>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

seja, o autor especificou que a transmissão referir-se-ia aos bens digitais de qualidade patrimonial.¹⁷⁶

Possui como justificativa pelo autor do referido Projeto de Lei, como mencionado em outros projetos de leis, a ausência de norma legal que regule a herança digital, citando o fato de haver muitos casos no judiciário referentes a esse assunto e que aguardam decisões. Cabe mencionar que a referida proposta está tramitando até o momento, em apenso a outros projetos, na data de 23/03/2023 ainda aguarda designação de relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.¹⁷⁷

3.4 POSSIBILIDADE DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS DO *DE CUJUS*

Demonstrado o conceito de herança digital e de bens digitais, percebe-se que para analisar a possibilidade da transmissão dos bens digitais do *de cujus* aos herdeiros, é necessário avaliar se os bens possuirão valor econômico (bens digitais economicamente valoráveis) ou se não possuirão valoração econômica, os chamados bens existenciais, que estão diretamente ligados aos direitos personalíssimos do falecido, podendo afetar sua imagem, honra, privacidade, entre outros.¹⁷⁸

Como visto, a herança é uma garantia constitucional. Ante a ausência de legislação específica acerca da herança digital, deve-se aplicar a analogia, além da interpretação extensiva e sistemática,¹⁷⁹ tendo como princípios norteadores a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) e o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014).¹⁸⁰

Primeiramente, como destaca Bruno Torquato Zampier Lacerda, o Estado necessita estabelecer limites interventivos, respeitando e resguardando os direitos

¹⁷⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 3.050/2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254247>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 3.050/2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254247>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷⁸ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book.

¹⁷⁹ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book.

¹⁸⁰ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

fundamentais, estabelecendo a relação entre a autonomia privada do usuário e o direito sucessório da família.¹⁸¹

Ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, objetivaria a garantia dos direitos fundamentais, especialmente no tocante aos direitos da personalidade, protegendo a vida privada do usuário.¹⁸² Júlia Venas Oliveira traz a seguinte elucidação:

Uma possível solução para a questão da herança digital seria que esta Lei obrigasse além do termo de consentimento para o uso de seus dados em todas as plataformas digitais, o acréscimo de um termo padronizado onde o titular da conta manifestasse a sua vontade sobre a destinação dela caso ele vá a óbito, com a disponibilização de contatos dos herdeiros digitais, uma estrutura semelhante à utilizada nos sites de testamento digital. E, quanto a forma de transmissão, os bens digitais se equiparariam ao patrimônio, onde em ausência de testamento ou codicilo, os herdeiros poderiam requerer seu domínio através do inventário.¹⁸³

O Marco Civil da Internet atuaria no âmbito da “inviolabilidade da intimidade e da vida privada de empresas e particulares, de seus dados e comunicações, a liberdade de expressão, a proteção ao consumidor, política de transparência sobre coleta e guarda dos dados”.¹⁸⁴ Marco Aurélio de Farias Costa Filho explica que a “lei consolida a privacidade dos dados armazenados, [...] não concede aos herdeiros acesso ao acervo digital deixado, no caso de não haver disposição de última vontade do *de cuius* nesse sentido”.¹⁸⁵

Diversos serviços presentes na internet apresentam termos de adesão sobre a possibilidade de transferência da conta ou conteúdo após a morte¹⁸⁶, “Alguns

¹⁸¹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

¹⁸² OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cuius". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁸³ OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cuius". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023. p. 18.

¹⁸⁴ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 194.

¹⁸⁵ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book. p. 40.

¹⁸⁶ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book.

permitem transferências por meio de taxas, outros apenas as permitem no caso de morte e muitos não as permitem em hipótese alguma”¹⁸⁷.

Apesar de o Marco Civil da Internet não dispor expressamente sobre a destinação dos bens digitais, tendo em vista seus princípios protetivos,

[...] pode ser utilizada para se entender que a regra geral deve ser o não acesso aos bens daquela natureza, por quem quer que seja, sem que isso exclua tal possibilidade quando autorizado expressamente pelo usuário, ou definido judicialmente por estarem presentes razões que justifiquem o afastamento pontual desta proteção constitucional.¹⁸⁸

O que seria necessário, é uma compreensão e interpretação sobre o ambiente digital e suas dificuldades pelos julgadores ao lidar com os casos, sem fazer uma generalização e dar igual importância dos bens físicos aos bens digitais¹⁸⁹. O intérprete utilizar-se-á da hermenêutica,

[...] já que não será encontrada na intenção do texto originário, ao menos até o presente momento ante sua ausência, a solução para os problemas surgidos com a incapacidade ou morte do usuário titular de contas virtuais. Sempre serão encontrados novos sentidos a partir da interpretação dos casos submetidos a análise.¹⁹⁰

Uma possibilidade, conforme o que prevê o ordenamento jurídico brasileiro, é o testamento, Flávio Tartuce explica que o testamento pode ter conteúdo meramente existencial, ou seja, que não possua cunho patrimonial, mesmo que o testador apenas limite-se a questões patrimoniais.¹⁹¹ Assim, o testamento existencial estaria “[...] relacionado à tutela da pessoa humana, e aos direitos da personalidade, aqueles inerentes à pessoa humana [...] pode-se falar na *função promocional do testamento* [...]”¹⁹².

¹⁸⁷ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book. p. 45.

¹⁸⁸ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 199.

¹⁸⁹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

¹⁹⁰ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 200.

¹⁹¹ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direitos das sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

¹⁹² TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direitos das sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p. 527.

O autor destaca que tratar-se-ia de um testamento digital “[...] com a atribuição dos bens acumulados em vida no âmbito virtual, como páginas, contatos, postagens, manifestações, *likes*, seguidores, perfis pessoais, senhas, músicas, entre outros elementos imateriais adquiridos nas redes sociais”.¹⁹³

Marco Aurélio de Farias Costa afirma que a maneira mais prática seria deixar o testamento dispondo da vontade do *de cuius* referente a transmissão de seus bens digitais, uma vez que não existe impedimento para isso em norma legal.¹⁹⁴

Nessa linha de pensamento, Juliana Evangelista de Almeida, também explicita que no ordenamento jurídico brasileiro não há óbice quanto ao testador dar diretivas as vontades meramente existenciais, além das vontades patrimoniais.¹⁹⁵ Dessa forma, haveria a possibilidade de o testamento versar acerca dos bens digitais, e como visto, os bens digitais podem ou não ter valor econômico, portanto:

[...] quando apresentam conteúdo patrimonial são verdadeiro patrimônio do autor da herança e transmitem-se aos herdeiros com a morte seja pela sucessão legítima, seja pela sucessão testamentária. Contudo, aos bens digitais que contenham somente conteúdo existencial não haverá transmissão, mas pode haver, através de testamento, regulação em relação a sua destinação, ou ainda, a possibilidade de legitimação processual para o seu exercício.¹⁹⁶

Moisés Fagundes Lara afirma que o testamento dos bens digitais, é uma forma eficiente e clara para ditar o destino desses tipos de bem, evitando que sejam esquecidos e prevenindo a necessidade de demandas jurídicas para os sucessores acessá-los.¹⁹⁷ Ademais, quanto as instruções que podem ser deixadas, o referido autor, cita: as senhas necessárias para acessar sites, e-mails e redes sociais, a realização prévia de um inventário delimitando o patrimônio digital “[...] e até mesmo os contratos que os sucessores devam realizar para acessar a esse patrimônio, tais como os endereços eletrônicos, telefones de contato de alguma empresa contratada previamente para inventariar todo o nosso acervo digital”.¹⁹⁸

¹⁹³ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direitos das sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p. 80.

¹⁹⁴ FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book.

¹⁹⁵ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

¹⁹⁶ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book. p. 61.

¹⁹⁷ LARA, Moisés Fagundes. **Herança digital**. 1. ed. Clube dos Autores: Porto Alegre, 2019.

¹⁹⁸ LARA, Moisés Fagundes. **Herança digital**. 1. ed. Clube dos Autores: Porto Alegre, 2019. p. 92.

Ante esse cenário de ausência legislativa acerca da sucessão dos bens digitais, Bruno Torquato Zampier Lacerda aponta que os bens digitais patrimoniais podem ser transmitidos, por serem parte do patrimônio do falecido, seja pela sucessão legítima ou testamentária.¹⁹⁹ Enquanto os bens digitais existenciais, dependeriam da manifestação de última vontade do “[...] titular dos ativos digitais. Defende-se ser possível, no bojo de um testamento tradicional, a inserção de uma cláusula para que possa conceder o destino aos bens desta natureza, sendo então mais uma disposição de caráter não patrimonial”.²⁰⁰

À luz do Código Civil, o artigo 1.857, prevê que o testamento poderá ser disposto por uma pessoa que seja capaz, sobre a totalidade ou parte de seus bens, para após a morte. Onde são válidos os testamentos que tenham cunho não patrimonial, portanto, evidente a inexistência de oposição que impossibilite a inclusão dos bens digitais no testamento ou codicilo.²⁰¹

Dessa forma, o testamento ou o codicilo poderá ser a solução para que os bens digitais do *de cuius* sejam transmitidos aos herdeiros, visando garantir a disposição de última vontade do falecido e visto que não há legislação específica atualmente que trata do tema.²⁰²

Portanto, pela análise do presente estudo, e tendo em vista inexistir legislação específica até o momento que trate de herança digital, mostrou-se que caberá ao julgador de cada caso, utilizando-se de analogia ao Direito Sucessório vigente e diante do requerimento pelos herdeiros da transmissão dos bens digitais do *de cuius*, a investigação sobre a disposição de última vontade e a existência de testamento, bem como respeitar o direito à privacidade e a integridade do falecido.²⁰³

¹⁹⁹ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais.** São Paulo: Editora Foco, 2021.

²⁰⁰ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais.** São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 177.

²⁰¹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

²⁰² ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

²⁰³ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar se, diante da legislação brasileira, é possível a sucessão dos bens digitais do *de cuius*. Considerou-se ausência de legislação específica que verse sobre a herança digital e que trate do destino dos bens digitais, porém com Projeto de Lei é possível a regulamentação.

Para a pesquisa, foi utilizada a técnica bibliográfica, com o levantamento na doutrina e legislação pertinente ao tema deste trabalho.

Inicialmente, com uma breve introdução, abordou-se a relevância deste estudo, visto que a sociedade está intrinsecamente ligada ao avanço das tecnologias. A todo momento as pessoas interagem virtualmente, e como ocorre no mundo físico, no mundo virtual as pessoas também possuem o anseio de possuir bens, que visem satisfazer suas necessidades e desejos, originando os bens digitais. Esses são resultado direto dos conteúdos e informações produzidos no meio virtual, de modo que a destinação dos bens digitais é de suma importância, visto que a legislação brasileira não apresenta manifestação expressa de sua destinação.

Para tal, no primeiro capítulo, verificou-se os conceitos e disposições fundamentais do Direito Sucessório. Viu-se que a sucessão se inicia com a morte real ou presumida da pessoa natural, podendo ser conceituada como a transmissão dos ativos e passivos do *de cuius*, sendo relevante para o tema tratado neste trabalho, a sucessão *causa mortis*. Verificou-se que este tipo de sucessão pode ocorrer de duas formas: derivada por lei, também chamada de legítima ou legal, ou por disposição de última vontade, também chamada de testamentária. Para evitar que o patrimônio fique sem titular, a legislação brasileira adota o princípio da *saisine*, onde transmite-se imediatamente aos herdeiros o patrimônio deixado após a morte do *de cuius*.

Explicou-se a sucessão a título universal e a título singular, bem como as modalidades de sucessores, trazendo noções gerais dos legitimados para suceder. Para então, apresentar os procedimentos que levam a efetiva transmissão do patrimônio do falecido, sendo o inventário e a partilha.

Na sequência, analisou-se a sociedade digital e seus conceitos mais relevantes à temática, com noções do Direito Digital. Contextualizou-se o impacto que as tecnologias causam à sociedade, visto que desde a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, as tecnologias foram usadas para crescer economicamente e melhorar

a qualidade de vida dos indivíduos. E como o advento da internet, provocou ainda mais mudanças na estrutura da sociedade. A diferença para a atual sociedade de informação diz respeito a velocidade como as coisas tendem a ocorrer, pela alta difusão de informações, onde quase tudo pode ser realizado de forma virtual.

As pessoas vivem hiperconectadas e a interação dos indivíduos pode ocorrer de diversos locais do mundo, nota-se a inerente ligação da internet e das tecnologias com a vida dos indivíduos. A questão central é o modo como o mundo virtual afeta diretamente o Direito, que precisa estar em constante evolução e acompanhar todos os mecanismos de funcionamento da atual sociedade de informação e suas tecnologias de comunicação. Uma vez que só entendendo o modo como funcionam é que as leis poderão ser feitas.

A análise do ambiente virtual torna-se relevante ao verificar-se que as redes de informação não dependem diretamente de centros de controle hierarquizados, onde rapidamente uma via de comunicação bloqueada pode ser substituída por outra. As respostas jurídicas devem proteger os indivíduos que armazenam diversos bens nos meios digitais, gerando segurança jurídica e preservando os direitos fundamentais, como a privacidade de cada usuário.

Nesse âmbito, estudou-se as legislações vigentes como o Código Civil, o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e os Projetos de Lei que visam regular a herança digital e o mundo virtual.

Por conseguinte, no último capítulo fez-se um encerramento sobre o tema estudado, com enfoque na Herança Digital. Primeiramente, esclareceu-se o que é denominado herança, para então realizar apontamentos sobre a herança do mundo digital. Verificou-se a possibilidade de conceituação e regulamentação do tema, para isso analisou-se dois Projetos de Lei que tramitaram na Câmara dos Deputados, sendo o n. 4.099/2012 e o n. 4.847/2012, mas que foram superficiais.

Constatou-se que a Herança Digital pode ser definida da mesma forma que a herança comumente é conceituada, porém, com um objeto mais específico, qual seja, os bens armazenados digitalmente, sendo todo o patrimônio/conteúdo que o falecido possuía titularidade, que engloba os bens digitais com valoração econômica e sem valoração econômica.

Após, examinou-se os bens digitais, explanando o que vem a ser o bem jurídico, conceituando-o e realizando uma breve comparação entre os bens jurídicos do mundo físico e os bens digitais, mencionando as espécies de bens digitais. Assim, constatou-

se o que a legislação brasileira menciona sobre a sucessão de bens jurídicos, para ver a aplicabilidade em relação aos bens digitais e discutiu-se sobre a possibilidade de os bens digitais serem sucedidos conforme a legislação brasileira.

Diante disso, mostrou-se que o julgador de cada caso diante do requerimento pelos herdeiros da transmissão dos bens digitais deixados pelo falecido, deverá investigar sobre a existência de disposição de última vontade ou testamento, bem como respeitar o direito à privacidade e a integridade do *de cuius*. Notou-se que dois projetos de lei tramitam atualmente na Câmara dos Deputados, o PL n. 5.820/2019, se aprovado, alterará o artigo 1.881 do Código Civil, que limitará o percentual possível para uso do codicilo. Além disso, busca acrescentar cinco parágrafos, disciplinando no quarto parágrafo que a herança digital seria os vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais e bens armazenados de forma exclusiva nos computadores.

Por sua vez, o Projeto de Lei n. 3.050/2020, se aprovado, incluirá um parágrafo único no artigo 1.788 do Código Civil, dispondo que a transmissão englobará todos os conteúdos de cunho patrimonial e arquivos digitais de titularidade do autor da herança.

Quanto a possibilidade da sucessão dos bens digitais do *de cuius*, demonstrou-se, no último subtítulo, que é necessário avaliar se os bens digitais possuem ou não valor econômico. Os bens digitais que possuem valor econômico, também chamados de bens patrimoniais, poderão englobar o acervo patrimonial do falecido, visto que denotam valoração econômica, assim, podem ser transmitidos, seja pela sucessão legítima ou testamentária. Já aqueles bens existenciais, que não tem valor econômico não irão compor o acervo patrimonial, conforme o explicado pelos doutrinadores citados no trabalho, visto estarem ligados a direitos personalíssimos.

Dessa forma, os bens digitais existenciais encontrariam possibilidade de serem transmitidos pelo testamento digital, onde visualizando-se o Código Civil, no artigo 1.857, não existe óbice para o testador dispor de bens de cunho não patrimonial. A disposição de última vontade do falecido é a solução, perante a omissão legal.

Viu-se que o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais são norteadores, podendo serem utilizados por analogia, para a preservação da intimidade e privacidade do falecido. Onde a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, objetivaria a garantia dos direitos fundamentais do falecido, especialmente preservando os direitos personalíssimos, protegendo a vida privada do usuário. Enquanto o Marco Civil da Internet atuaria no âmbito da inviolabilidade da intimidade, privacidade, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso do

ambiente virtual. Devendo-se levar em conta essas legislações para a criação de leis que visem regulamentar a herança digital.

Portanto, observa-se que é mais eficaz a elaboração de um testamento, determinando o destino dos bens digitais, visto que esse englobaria tanto aqueles bens de valoração econômica quanto os que não possuem caráter econômico, os existenciais.

Assim, restou comprovada a hipótese levantada no tópico da introdução. A legislação brasileira, embora não possua regulamento específico sobre a herança digital, possibilita a sucessão dos bens digitais do *de cuius*. Isso decorre da aplicação por analogia do prescrito pelo Código Civil aos bens de valor econômico – nestes compreendidos os bens digitais –, os quais fazem parte do patrimônio do falecido, pois, assim, como os bens jurídicos do mundo real, são bens patrimoniais e entram na transmissão. Enquanto os bens digitais sem valor econômico, os existenciais, dependem de disposição de última vontade do falecido, visando respeitar sua privacidade.

Por fim, destaca-se que com este Trabalho de Curso não se busca esgotar todo estudo acerca do tema tratado, visto que, futuramente, podem existir legislações que regulamentem a herança digital.

REFERÊNCIAS

AB INTESTATO. *In*: Enciclopédia jurídica. Dicionário jurídico de Direito. Hong Kong: Enciclopédia jurídica, 2020. Disponível em: < [http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/ab-intestato/ab-intestato.htm#:~:text=\(L%C3%AA%2Dse%3A%20abintest%C3%A1to.,nela%20exerce%20seus%20direitos.>](http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/ab-intestato/ab-intestato.htm#:~:text=(L%C3%AA%2Dse%3A%20abintest%C3%A1to.,nela%20exerce%20seus%20direitos.>). Acesso em: 12 fev. 2023.

ALMEIDA, Juliana Evangelista; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **DIREITO À “MORTE” DIGITAL? RIGHT TO DIGITAL “DEATH”?** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e3f8cedce7f1fa45>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. E-book.

ATHENIENSE, Alexandre. **Herança digital já chegou no Brasil**. *In*: Jusbrasil. Disponível em: https://alexandre-atheniense.jusbrasil.com.br/noticias/2986795/heranca-digital-ja-chegou-ao-brasil?ref=topic_feed. Acesso em: 15 jan. 2023.

AUGUSTO, Naiara Czarnobai; OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia de. A possibilidade jurídica da transmissão de bens digitais “causa mortis” em relação aos direitos personalíssimos do “de cujus”. *In*: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE. ed.2015, Santa Maria. **Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. ISSN. 2238-9121. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-16.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BARRETTO, Marcos Ribeiro Pereira; FERNANDES, Edson Aguilera; GARCIA, Lara Rocha; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): guia de implantação**. São Paulo: Blucher, 2020. E-book.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

BORGES, Gabriel Oliveira de Aguiar; JÚNIOR, José Luiz de Moura Faleiros; LONGHI, João Victor Rozatti; REIS, Guilherme (org.). **Fundamentos do Direito Digital**. Uberlândia: LAECC, 2020. E-book.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014.** Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.099/2012.** Altera o artigo 1.788 da Lei n. 10.406, de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.847/2012.** Acrescenta o Capítulo II-A e os artigos 1.797-A a 1.797-C ao Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.820/2019.** Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das Sucessões - Inventário e Partilha.** São Paulo: Saraiva, 2020. E-book.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 6. ed. total. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999. E-book.

COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Herança digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente.** Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, Recife, v. 9, p.01-29, 2016. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152/143>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CRIPTOMOEDA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criptomoeda/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CRUZ, Lucas. **Diferença entre Dados e Informação.** ExpertDigital, 2022. Disponível em: <https://expertdigital.net/diferenca-entre-dados-e-informacao/#gsc.tab=0>. Acesso em: 09 fev. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. E-book.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. vol. 6. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. v. 1. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. E-book.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. E-book.

FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. E-book.

FONTELES, Gerson Lopes. Princípio de Saisine: posição jurisprudencial do STJ e direito de herança. **Consultor Jurídico**, 3 jul 2022. Opinião. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jul-03/gerson-fonteles-principio-saisine-direito-heranca>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GOMES, Orlando. **Sucessões**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. E-book.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

INFORMÁTICA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/informatica/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

INTERNET. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/internet/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

LARA, Moisés Fagundes. **Herança digital**. 1. ed. Clube dos Autores: Porto Alegre, 2019.

LIMA, Marcos Aurélio Mendes. **Herança Digital: Transmissão post mortem de bens armazenados em ambiente virtual**. 2016. 96 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Direito), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29324726/Heran%C3%A7a_Digital_Transmiss%C3%A3o_Post_Mortem_de_Bens_Armazenados_em_Ambiente_Virtual_pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

MADEIRA, Paula Lourenço. "**A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protacao-de-dados>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. v. 6. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. E-book.

OLIVEIRA, Júlia Venas. "**A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cujus**". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

O que é armazenamento em nuvem?. **Amazon**, 2023. Disponível em: [<https://aws.amazon.com/pt/what-is/cloud-storage/>](https://aws.amazon.com/pt/what-is/cloud-storage/). Acesso em: 09 fev. 2023

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 12. ed. rev. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos das sucessões**. v. 6. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil: os impactos de suas propostas de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

PEREIRA, Leonardo. **5 pontos essenciais para entender o Marco Civil da Internet**. In: Olhar Digital. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/5-pontos-essenciais-para-entender-o-marco-civil-da-internet/41053>. Acesso em: 20 set. 2022.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

PINHEIRO, Valter Giuliano Mossini; FACHIN, Zulmar Antonio. "Bens Digitais: Análise da Possibilidade de Tutela Jurídica no Direito Brasileiro". In: **XXVII Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

PRINZLER, Yuri. **Herança digital: novo marco no direito das sucessões**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em:

www.academia.edu/19019650/Heran%C3%A7a_Digital_Novo_Marco_no_Direito_da_s_Sucess%C3%B5es?auto=download. Acesso em: 20 set. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. E-book.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil Parte Geral**. v. 1. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. E-book. p. 115.

SOUZA, Carlos Affonso; LEMOS, Ronaldo. **Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direitos das sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v. 6. 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado, LEAL, Livia Teixeira (org.). **Herança digital: controvérsias e alternativas**. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Sucessões**. v. 6. São Paulo: Atlas, 2018. E-book.

VICENTE, Liliane Camargo. **Possibilidade de inclusão dos bens armazenados em meio virtual na herança e sua transmissão aos herdeiros**. 2018. 75 f. TCC (Graduação em Direito), Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/5935>. Acesso em: 15 jan. 2023.